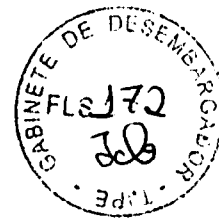




ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



1ª. CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO nº 0329887-5

EMBARGANTE: CELPE - Companhia Energética de Pernambuco.

EMBARGADO: Raimundo Nonato de Araújo.

Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena.

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM SEDE DE RECURSO DE AGRAVO – PRETENSÃO QUE SE AFASTA DO FIGURINO LEGAL ESTAMPADO NO ART. 535 DO CPC - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO A SEREM SANADAS - TENTATIVA IMPLÍCITA DE REEXAME DA MATÉRIA - IMPOSSIBILIDADE.

1. É cediço que os embargos de declaração não se prestam ao reexame da causa, devendo-se limitar ao esclarecimento de obscuridade, contradição ou omissão, inexistentes no acórdão embargado, já que toda matéria fora devidamente apreciada.

2. A intenção de *prequestionar* a matéria não acarreta o provimento dos embargos declaratórios *se não restarem presentes os requisitos insertos no art. 535 e incisos, do Estatuto Processual Civil*.

3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram como partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em de de 2014, à unanimidade de votos, por conhecer e rejeitar os embargos de declaração, na forma do voto do relator.

Recife, 03 de julho 2014 (data da lavratura).


Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

1ª. CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO nº 0329887-5

EMBARGANTE: CELPE - Companhia Energética de Pernambuco.

EMBARGADO: Raimundo Nonato de Araújo.

Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena.

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela CELPE - Companhia Energética de Pernambuco, com propósito de prequestionamento (Súmula 98 e 211 do STJ¹) quanto às questões federais discutidas nos autos, com fito de proporcionar o manejo dos recursos extremos.

Para melhor ilustrar a questão, eis a ementa do acórdão embargado:

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO DO RELATOR QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO MONOCRATICAMENTE - MATÉRIA DEVOLVIDA AO TRIBUNAL - DEVIDAMENTE EXAMINADA E FUNDAMENTADA - RESPONSABILIDADE CIVIL - DANO MORAL - FRAUDE NO MEDIDOR - PERÍCIA UNILATERAL - DÍVIDA CONSTESTADA JUDICIALMENTE - INTERRUÇÃO INDEVIDA DO FORNECIMENTO DE ENERGIA - SÚMULA 13 TJPE - DEVER DE INDENIZAR - RESPALDO NA JURISPRUDÊNCIA DESTE TRIBUNAL EM CASO COMO TAIS - R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS) - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS PARA REFORMA DA DECISÃO HOSTILIZADA - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO EM DECISÃO UNÂNIME.

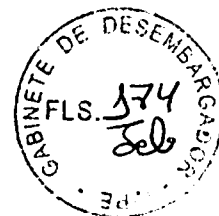
¹ Súmula 98 - Embargos de Declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório.

Súmula 211 - Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



1. Súmula 13 do TJPE. É abusiva a suspensão do fornecimento de energia elétrica, quando motivada pelo inadimplemento do débito unilateralmente arbitrado pela concessionária, pelo critério de estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude.
2. O caput do art. 557 do CPC, autoriza o Relator a negar seguimento ao recurso que se apresenta manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.
3. O quantum indenizatório a título Danos Morais no importe de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), não afronta os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, eis que, inclusive, respaldada em decisões deste tribunal em casos como tais.
4. À unanimidade, negou-se provimento ao recurso de agravo.

Requer a Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, no recurso em apreço, pronunciamento explícito desse Colegiado acerca do princípio da legalidade art. 5º, II e inc. V, da Constituição Federal, bem como dos art. 6º, VIII do código de defesa do consumidor; art. 186, art. 188, art. 884 e art. 944 e segs. do Código Civil; art. 20, art. 333, inc. I do CPC; arts. 129, 130, e 131 da Resolução 414/2010; art. 2º, § 2º e 4º do art. 9º, art. 10º, parágrafo único do art. 11, art. 18, IX, art. 23, V e art. 30 da Lei 8987/95, 13, 14 e 15 da Lei 10.438/2002, art. 3º XII da Lei 9427/96.

Diante do exposto, pugna, ao final, pelo conhecimento dos presentes Aclaratórios, e no mérito, o para que esta Câmara se pronuncie expressamente sobre todas as violações legais e questões fáticas que apontou, desobstruindo dessa forma o acesso aos Tribunais Superiores.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



É o relatório.

Por independer de pauta, trago em mesa o feito para julgamento por este colegiado.

Passo a votar:

Sabe-se que os *Embargos de Declaração* são cabíveis quando houver, na sentença ou acórdão, obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual o juiz ou tribunal devia pronunciar-se (*Incisos I e II, do art. 535, do CPC*), e em face de construções jurisprudenciais, admissíveis em decisões judiciais em sentido amplo *e também com efeitos modificativos*.

Em regra, não possuem caráter substitutivo ou modificativo do julgado embargado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor. Assim, visa-se com tal instrumento recursal, *buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação*.

Pois bem.

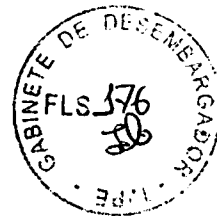
Consolido de logo entendimento, que no presente caso as questões vertidas nos autos foram conveniente e devidamente respondidas e resolvidas, revestindo-se os declaratórios, na(s) omissão(ões) de mérito apontadas (artigos pré-questionados), como rediscussão da matéria, por não ser a decisão embargada coincidente com a tese da Seguradora embargante.

Não há o que se aclarar no acórdão embargado, a qual apreciou a lide nos termos em que foi posta.

Esta Corte não é obrigada a se pronunciar sobre todas as questões suscitadas pelo Embargante, mormente quando decidiu com fundamentos suficientes para esgotar os aspectos jurídico-processuais da demanda.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



É de ressaltar-se, por conseguinte, que *o Juiz não está obrigado a examinar todas as teses invocadas pelas partes*, nem tampouco ater-se aos fundamentos indicados por elas.

A propósito, inclusive não há necessidade, mesmo quando miram o *prequestionamento*, caso dos autos, que os embargos sejam numerários *ou esmiúcem norma por norma alegada pela parte como pertinente ao debate*, até mesmo porque, não está o juiz ou tribunal obrigado a decidir a controvérsia *segundo aquilo que a parte entende como correto*, mas apenas lançar suas razões segundo sua convicção sobre a matéria de fato ou de direito que se assenta à pretensão. Isso decorre do disposto no art. 131 do CPC, expressão positivada do princípio do *"livre convencimento motivado"*.

Eis a jurisprudência,

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 131 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA. INDENIZAÇÃO DE BENFEITORIAS. REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ.

1. *Conforme o disposto no artigo 131 do Código de Processo Civil, diante do princípio da persuasão racional (ou livre convencimento motivado), o magistrado aprecia livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes, tendo tão somente que indicar os motivos que formaram o convencimento.*

2. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é assente no sentido de que *"não está obrigado o Magistrado a julgar a questão posta a seu exame de acordo com o pleiteado pelas partes, mas sim, com seu livre convencimento (art. 131 do CPC)*, utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



concreto" (REsp 302.179/RJ, Rel. Min. José Delgado, DJ 04/03/2002). Precedentes.

3. O Tribunal de origem considerou devida a indenização postulada pelo autor com base nas provas carreadas nos autos. A reforma da conclusão do aresto demanda, necessariamente, o reexame do contexto fático-probatório, o que é inviável no âmbito de recurso especial.

Incidência da Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no Ag 1399068/GO, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 01/07/2011)

Ademais, o próprio Superior Tribunal de Justiça *admite o prequestionamento implícito*, sem que haja necessidade de *debate numerário e nesse sentido*, reproduzo trechos de acórdãos que passo a transcrever:

"A ausência de prequestionamento explícito (ou numerário) não prejudica o exame do recurso especial quando a Corte de origem houver emitido, ainda que implicitamente, juízo de valor acerca da matéria sub judice". (REsp 946.015/RS, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 24/04/2008, DJe 23/06/2008)

"Os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existentes no julgado, sendo certo que é desnecessário o prequestionamento explícito a fim de viabilizar o acesso a esta Corte Superior de Justiça, bastando que a matéria aduzida no recurso especial tenha sido objeto de manifestação pelo Tribunal a quo, sem que seja necessário o pronunciamento específico sobre os dispositivos legais correspondentes". (AgRg no Ag



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

1266387/PE, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA
TURMA, julgado em 20/04/2010, DJe 10/05/2010)

Assim, entendo ser impossível o acolhimento dos embargos para fins de prequestionamento, requisito indispensável para se recorrer às instâncias superiores, a teor das Súmulas 356 e 282, ambas do STF, vez que seu reconhecimento demanda apreciação do disposto no artigo 535 do CPC.

Nesse sentido, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

"Mesmo nos embargos de declaração com fim de prequestionamento, devem-se observar os lindes traçados no art. 535 do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material). Este recurso não é meio hábil ao reexame da causa" (STJ, 1ª Turma, REsp. 11.465-0/SP, rel. o Min. Demócrito Reinaldo, DJU 15.2.93, p. 1665).

Como dito alhures, não se prestam os presentes embargos como meio próprio e adequado para rediscutir questões já decididas pela Turma Julgadora.

Com isto, concluo que o único objetivo da recorrente é de fato, rediscutir a referida matéria, e ainda que não se mostre razoável extrair um cunho protelatório no manejo do presente recurso, com aplicação da penalidade legal, imperioso reconhecer que em tudo se mostra inadequado e despiciendo.

Assim, já tendo igualmente o colendo STJ assentado que "os embargos declaratórios não se prestam ao exame de matéria decidida no acórdão embargado, servindo como instrumento de aperfeiçoamento do julgado que contenha omissão, contradição ou obscuridade" (Ac. unânime, 4.ª Turma, no REsp. 184.703), e, não sendo esse, à obviada, o caso em debate, a única conclusão possível é a de que o presente recurso não pode prosperar.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



Nesse diapasão, *os fundamentos do julgado embargado permanecem irretocáveis*, sendo aqui ratificados nos termos em que foram proferidos. Forte em tais razões, conheço e rejeito os presentes Embargos de Declaração, à míngua de omissão, obscuridade ou contradição.

É como voto.

Recife, 03 de julho de 2014.


Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Relator